

## A CRÍTICA DA IDENTIDADE NOS MOVIMENTOS FEMINISTA, LGBT: MICHEL FOUCAULT E AS RESSONÂNCIAS NA EDUCAÇÃO

THE CRITIQUE OF IDENTITY IN THE FEMINIST AND LGBT MOVEMENTS: MICHEL FOUCAULT'S RESONANCES IN EDUCATION

Maria Rita de Assis César<sup>1</sup>

### Resumo:

Ao realizar uma crítica da noção de identidade, reflito criticamente sobre as alianças entre os movimentos sociais feminista e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e o Estado, bem como suas ressonâncias na educação. Trata-se de pensar os processos de governamentalização dos movimentos sociais e da própria educação, a partir da relação entre Estado brasileiro e movimentos sociais. A relação dos movimentos sociais e da educação com o Estado se constitui a partir de uma pauta de reivindicações destinadas à aquisição de direitos cujos portadores são os novos sujeitos ou novas identidades sociais: gays, lésbicas, transexuais, travestis, transgêneros, intersex, etc. Minha hipótese é que o processo de governamentalização dessa população específica, a despeito de garantir avanços antidiscriminatórios, tem como consequência colateral o aprisionamento dos próprios movimentos sociais LGBT e feminista numa lógica identitária e normalizadora, que tende a pacificar suas demandas e arrefecer sua capacidade de crítica. Em face disso, considero a ideia de que as noções foucaultianas de estética da existência e de criação de novas formas de relação entre os agentes sociais constituem aportes teóricos decisivos para o exercício de formas de resistência e contra-conduta pós-identitária, manifestas, em particular, em novos movimentos feministas e LGBT, além de produzirem efeitos produtivos nos projetos educacionais. Este artigo tem origem em uma pesquisa teórica sobre aspectos da obra de autores pós-estruturalistas como Michel Foucault e Judith Butler, além de um conjunto de indagações construídas sobre as relações entre os movimentos feministas e LGBT e a educação.

**Palavras-Chave:** LGBT e educação; Feminismo e educação; Estética da existência; Crítica da identidade.

### Abstract:

By proposing a critique of the identity notion, I reflect on the recent alliances between feminist and LGBT (Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites and Transexuals) social movements and the State, as well as its resonances in education. My aim is to think the governing processes of those social movements and of education by means of their specific relation with the State, constituted around a set of demands aiming at the acquisition of rights whose bearers are the new subjects or new social identities: gays, lesbians, transexuals, transvestites, transgenders, intersexs, etc. My hypothesis is that the governing processes of that specific population, in spite of all social and anti-discriminatory advances that it has purported, has as its side-effect the imprisoning of those movements in a normalizing identity logics, pacifying their demands and taming their critical capacities. Against that specific danger, I consider some Foucauldian notions such as aesthetics of existence and the creation of new forms of social relations amongst those social agents. I believe they constitute an important theoretical contribution to think new forms of counter-identity resistance and counter-conducts, which tend to manifest themselves in the new feminist and LGBT movements as well as its resonances in the education field. This article was originated from a theoretical research which considers some aspects of the post-structuralist work of authors such as Michel Foucault and Judith Butler, as well as certain interrogations originating from the feminist and LGBT's movement and the education field.

**Key-words:** LGBT and education; Feminism and education; aesthetic of existence; Critique of identity.

Os movimentos sociais contemporâneos, particularmente os chamados movimentos de 'minorias', estabelecem-se o mais das vezes com

base em discursos e práticas marcadores de uma identidade étnico-racial, sexual, de gênero, ou

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação (UNICAMP) e Pós-Doutorado em Filosofia Contemporânea (Université Paris XII). Professora Adjunta do Setor de Educação e Professora Permanente (Mestrado e Doutorado) do Programa de Pós-Graduação em

---

Educação da UFPR - PPGE/UFPR. Coordenadora do LABIN - Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação (UFPR/CNPq). Bolsista de Produtividade de Pesquisa CNPq - PQ 2. Email [mritacesar@yahoo.com.br](mailto:mritacesar@yahoo.com.br).

classe, entre outras. A educação e os processos de escolarização são um alvo importante das lutas sociais, seja visando a inclusão desses sujeitos no espaço institucional escolar, seja também por meio da elaboração de políticas curriculares que demonstrem a participação das 'minorias' nas dinâmicas sociais. Especialmente na última década, acirraram-se os debates e as reivindicações promovidos pelos movimentos que tratam das questões de gênero e sexualidade, como os movimentos feminista e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis): a ampliação do direito ao aborto, a união civil entre pessoas do mesmo sexo, o direito ao atendimento institucional das chamadas 'minorias' sexuais e de gênero e, especialmente no Brasil, a condenação da violência de gênero e sobre as sexualidades não normativas. As abordagens teóricas e políticas sobre o tema das chamadas 'minorias' sexuais (mais contemporaneamente de diversidade sexual) e de gênero demonstram que as estratégias teóricas e políticas utilizadas têm priorizado a conquista de direitos, de modo que suas práticas e discursos têm se remetido ao campo da assunção e reconhecimento das identidades, aspecto que também alcança a instituição escolar contemporânea. Ao se analisar a produção teórica específica sobre estes movimentos sociais, assim como a reflexão produzida pelos próprios movimentos e os projetos educacionais que eles têm inspirado, percebe-se que as lutas e conquistas se dão em um campo específico de abordagem, o qual pressupõe a assunção de uma identidade específica.

Tendo em vista as relações entre os movimentos sociais feministas e LGBT e a construção de práticas educacionais sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual nas instituições escolares, esse artigo teve origem em uma pesquisa teórica sobre a obra de Michel Foucault, em especial a sua crítica a noção de identidade e as teorizações sobre a estética da existência, além de um conjunto de conceitos como governamentalidade, biopolítica, ética e estética. Na pesquisa que deu origem a esse artigo foi realizado um diálogo entre os conceitos foucaultianos e as abordagens de feministas pós-estruturalistas, como Judith Butler e outras que originaram as teorizações *queer*.<sup>2</sup>

Nos anos 70, algumas feministas, dentre estas algumas inspiradas por Michel Foucault, colocaram em xeque a equação que fundamentava os pressupostos do feminismo, isto é, 'a mulher' como sujeito universal e como identidade do feminismo. No interior dos estudos feministas, estas primeiras reflexões críticas foram iniciadas por feministas abrigadas sob a denominação do 'feminismo radical'. As reflexões e abordagens de Michel Foucault, sobretudo sua compreensão da sexualidade como dispositivo de controle, bem como sua análise das formas de normalização dos corpos e das experiências, foram elementos cruciais na elaboração da crítica da noção de sujeito e de uma identidade única para o feminismo, por parte do feminismo radical, dos *Lesbian and Gay Studies*<sup>3</sup>, mais recentemente, pela teoria *queer*.

No presente, a despeito de seus importantes ganhos jurídicos e políticos, também se observa um enfraquecimento do potencial crítico e questionador dos movimentos sociais feminista e LGBT, assim como o dos projetos educacionais que eles atualmente inspiram. Esse enfraquecimento político é observado nos processos de aliança entre o Estado e os movimentos sociais em uma operação que poderia ser interpretada como a governamentalização dos movimentos. Uma vez mais, ressalvo que não se trata de recusar estas importantes conquistas. Contudo, em se tratando de uma indagação que questiona a primazia ou exclusividade da ideia de sujeito de direito, em razão da sua conformação nos processos normalizadores, cabe interrogar os projetos sociais e educacionais que vêm se estabelecendo desde as últimas décadas, a partir do princípio do direito dos múltiplos sujeitos abarcados por categorias identitárias. A questão que parece problemática é a seguinte: nesse modelo identitário, as instituições sociais continuam a excluir o desconhecido, isto é, todos aqueles que ela considera como abjeção incompreensível, incluindo-os nas narrativas médicas e psíquicas. (SANTOS, 2010) No interior do modelo identitário, indivíduos e experiências inclassificáveis e ininteligíveis, de corpo e gênero, permanecem por definição excluídos do universo

<sup>2</sup> A pesquisa que deu origem a esse texto foi desenvolvida como um pós-doutoramento, financiado pela CAPES e

realizado na Université Paris XII, sob supervisão do Prof. Dr. Frédéric Gros, entre setembro de 2011 e julho de 2012.

<sup>3</sup> Cf. ABELOVE, H.; BARALE, M.; HALPERIN, D. (Ed.) *The Lesbian and Gay Studies Reader...*, 1993.

escolar e social mais amplo, ou nele são incluídos sob o preço de sua domesticação normalizada.

Define-se assim um quadro polêmico de polarização. Por um lado, observam-se identidades novas e antigas constituindo os movimentos e as lutas políticas por direitos individuais e sociais. Por outro lado, a elaboração das críticas que demonstram os processos de exclusão, patologização, normalização e captura das práticas, experiências e estéticas nos processos de produção e funcionamento das identidades. Em vista deste impasse, os movimentos sociais LGBT e feminista, assim como os projetos educacionais e sociais mais amplos, a eles relacionados, tendem a não vislumbrar a possibilidade política de se constituir novas experiências e práticas de vida para além daquele universo semântico. Tendo em vista as críticas feministas à noção de sujeito do feminismo e os questionamentos em relação à identidade nos movimentos LGBT, a pergunta que orientou este artigo interrogou pela possibilidade de constituição de lutas político-sociais de resistência, com seus importantes desdobramentos no âmbito educacional, que se desenvolvam para além do recurso exclusivo ou prioritário às figuras do sujeito da identidade (CESAR; DUARTE; SIERRA, 2012). A mesma questão que se colocava no final dos anos 70 em relação ao movimento feminista sobre o sujeito do feminismo, coloca-se agora novamente em relação aos movimentos LGBT. É possível uma luta política em que o vínculo comum entre os atores se constitua a partir do desempenho das suas ações e dos seus discursos, entendidos como práticas refletidas de liberdade de uma estética da existência contemporânea, e não a partir do recurso à lógica identitária e ao essencialismo subjetivista, que tendem a pautar a relação dos movimentos sociais com o Estado? É possível pensar e pôr em ação uma política de inclusão de novos 'sujeitos' na esfera dos direitos, sem, contudo, perder de vista a capacidade destes agentes políticos para potencializar a experiência democrática, ao instaurar espaços de liberdade efetiva por meio de seus atos; da enunciação de discursos que digam a verdade em público e corajosamente; e por meio da criação de novas formas de relação e de sociabilidade democrática entre os indivíduos? É possível pensar um projeto educacional a partir de reflexões que questionem criticamente as premissas do sujeito de direitos e da própria educação como direito do sujeito?

Sem pretender recusar a noção de sujeito de direitos e os ganhos jurídico-políticos que ela tem permitido obter, trata-se de pensar uma educação na qual a inclusão de todos os indivíduos recuse criticamente os princípios de normalização que, tradicionalmente, estiveram envolvidos na definição do sujeito de direitos e de sua identidade, visando-se, assim, a dissolução radical da gênese mesma de todo processo de formação de abjeções, anomalias e anormalidades no universo educacional. Afinal, a identidade é sempre uma construção objetificadora do sujeito e, deste modo, é sempre potencialmente excludente. A reiteração não crítica de problematizações educacionais que pressupõem o sujeito, uma identidade, um direito e uma ideia de cidadania entendida exclusivamente a partir das noções de identidade e de sujeito de direito, tende a encerrar os corpos, as práticas, as experiências educacionais, os prazeres, os modos de vida ou culturas sexuais no interior de processos de sujeição que constituem a matéria e a ação dos processos de normalização em suas vertentes disciplinares e biopolíticas (CESAR, 2011a). A questão fundamental, portanto, diz respeito à interrogação de práticas e experiências políticas contemporâneas não identitárias, visando questionar os rumos teóricos e práticos assumidos pelos movimentos sociais identitários e pelos projetos educacionais contemporâneos. Para tanto, o recurso à reflexão de Michel Foucault é essencial (CESAR; DUARTE; SIERRA, 2013).

Estudos inspirados nas análises genealógicas de Foucault têm mostrado que as formas de *governo* no mundo contemporâneo ampliaram e diversificaram os dispositivos biopolíticos, aumentando consideravelmente os agentes dos processos normalizadores. Além das instituições sociais, como a escola e a prisão, por exemplo, incluíram-se dentre estes dispositivos biopolíticos de normalização o mercado econômico neoliberal, as ONGs e os movimentos sociais. Formou-se, pois, todo um conjunto de novos agentes produtores de processos de ordenação e separação dos corpos e práticas, engendrando identidades e produzindo o desejo de uma vida viável no interior da norma. O que se observa no presente é um conjunto de novos dispositivos, atualizados continuamente, que produzem normas que identificam, desenham e limitam as práticas, ações e modos de vida de indivíduos e grupos sociais, agrupando-os os definindo-os como sujeitos de direito. No campo

educacional tem-se discutido o problema da produção das 'identidades' envolvidas nos processos de identificação dos sujeitos da educação, considerados a partir da nova *governamentalidade* de corpos, modos de vida e práticas sexuais e sociais, a qual promove novas regulações sexuais e sociais. (CÉSAR; DUARTE, 2009; CESAR, 2011b) Tais análises apontam para a produção de gays e lésbicas bem comportadas/os, além de travestis e transexuais incluídos/as nas descrições e protocolos das patologias psico-sexuais, bem como indicam a produção de identidades normatizadas no interior dos próprios movimentos sociais, que acabam por reivindicar um modo de vida orientado pelo campo da norma da heterossexualidade. (BOURCIER, 2007). A assunção não crítica das novas identidades sexuais e de gênero, que amparam os movimentos feminista, LGBT e os projetos educacionais contemporâneos, pode ter efeitos profundamente ambíguos, pois pode significar o aprisionamento daqueles 'sujeitos' nos dispositivos de assujeitamento que os produziram como patologias. Afinal, o conjunto das 'identidades' LGBT foi constituído a partir do discurso médico-jurídico, entre outros e novos agentes sociais de regulação e exclusão. Como demonstrou Foucault, a formação das chamadas identidades sexuais decorreu de processos históricos iniciados no século XIX, engendrados no interior do dispositivo da sexualidade. (FOUCAULT, 1984 e 2001)

Como se percebe, o debate em torno das identidades está constituído entre a defesa da ideia de identidade como princípio fundamental, tanto no campo das lutas sociais como também no campo da produção intelectual da chamada 'diversidade sexual', e as reflexões críticas sobre a noção de sujeito e de identidade, entendidas como agentes limitadores das práticas e modos de vida. Diante dessa polarização e de seus efeitos repressivos no interior dos movimentos sociais e educacionais, a teoria *queer* tem aprofundado sua crítica da noção de identidade no contexto da interrogação dos movimentos sociais LGBT, do feminismo e da educação. (LAURETIS, 1991; LUHMANN, 1998; LOURO, 2004; SPARGO, 2007) Não será por acaso, portanto, que a teoria *queer* também tenha procurado retomar o potencial crítico e criativo presente em segmentos do movimento feminista e dos movimentos *gay* e lésbicos da década de 70, nos quais ainda se manifestava o projeto de transformações sociais

mais amplas, que abarcavam a crítica aos modos de vida normativos e, sobretudo, a não conformação das práticas homoeróticas e homoafetivas às práticas heterossexuais dominantes. Para melhor delinear os parâmetros das análises realizadas até aqui, a intenção foi projetar-se para além da polarização estabelecida entre a crítica da identidade e o recurso exclusivo ao sujeito identitário, estabelecendo um breve diálogo com a produção crítica sobre a identidade, o sujeito de direito e o conceito de performatividade, tal como propostos por Judith Butler (1993). No curso desta discussão, tornou-se claro a necessidade de efetuar um retorno à noção foucaultiana de estética da existência no âmbito desta pesquisa, a fim de dar um passo além em relação ao estado atual da discussão.

Butler (1990) parte das formulações críticas da ideia de sujeito e identidade propostas pelas feministas radicais e da crítica foucaultiana ao sujeito de direitos. Foucault, ao abordar a relação de liberdade do sujeito consigo mesmo e com os outros, entendendo-a como foco privilegiado das práticas de resistência, sugeriu a necessidade de pensar a resistência política a partir de novos critérios, que questionassem o recurso à figura jurídica do sujeito de direitos e a própria noção de identidade, tendo em vista afirmar a inventividade criativa de novas formas de vida e de relação entre os sujeitos:

(...) se você tenta analisar o poder não a partir da liberdade, das estratégias e da governamentalidade, mas a partir da instituição política, só poderá encarar o sujeito como sujeito de direito. Temos um sujeito que era dotado de direitos ou que não o era e que, pela instituição da sociedade política, recebeu ou perdeu direitos: através disso, somos remetidos a uma concepção jurídica do sujeito. Em contrapartida, a noção de governamentalidade permite, acredito, fazer valer a liberdade do sujeito e a relação com os outros, ou seja, o que constitui a própria matéria da ética." (FOUCAULT, 1994, p. 729)

Inspirando-se em Foucault, Butler compreendeu que a noção de sujeito de direito era problemática, pois ele é 'produzido' pelo mesmo sistema jurídico de poder que posteriormente irá representá-lo. Trata-se aí de uma noção jurídica de poder que produz um sujeito a ser representado e

que, para Butler, no caso do feminismo, produz e representa ‘a mulher’ como o sujeito do feminismo. No interior desta perspectiva, o sujeito é produzido pela mesma instância que supostamente irá libertá-lo. Em se tratando do feminismo e da emancipação das mulheres esse sistema é contraproducente na medida em que, ao produzir sujeitos generificados (homem e mulher), se está produzindo sujeitos que se situam de maneira desigual sobre um eixo diferencial de dominação. Além disso, o sujeito jurídico é produzido no interior de práticas de exclusão que são mascaradas pelo sistema jurídico que o produz. (BUTLER, 1990, p. 3) Butler demonstrou que a contradição interna entre o sistema de produção dos sujeitos e a sua libertação é a razão da insuficiência dos processos de obtenção dos direitos das mulheres, propondo uma reflexão que poderia perfeitamente ser expandida para o âmbito das discussões dos movimentos LGBT e dos projetos educacionais a eles associados.

Além da crítica de Butler ao sujeito de direito, seu conceito de performatividade também tem sido importante referência nos debates contemporâneos sobre a crítica da identidade de gênero e sexual no âmbito da reflexão sobre as práticas não normativas. Para Butler, “(...) a performatividade deve ser compreendida não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (BUTLER, 1999, p. 154) Em outras palavras, Butler entende o gênero como um efeito performativo, o qual nos faz experimentar a identidade de gênero como sendo supostamente natural, dada a sua contínua reiteração. Com o conceito de performatividade de gênero, Butler pode criticar o sistema de correspondência entre corpo-sexo-gênero, inteligível e naturalizado no interior do dispositivo da sexualidade e da heterossexualidade. Partindo do conceito de heterossexualidade compulsória e analisando as performances *drag*, Butler (1990; 1993) percebe que a performance travestida, de gestos exagerados demonstra a fragilidade e a artificialidade do gênero também na heterossexualidade. Isto demonstra que tais performances fazem parte de um sistema regulatório que exige a repetição ritualizada das condutas e ações pautadas pela norma heterossexual ou heteronormatividade. Para Butler a performance *drag* materializa a alegoria da “melancolia heterossexual”. (BUTLER, 1993,

p.235) A própria autora sugere que o conceito de performatividade não é suficiente para inspirar reflexões de resistência enquanto atos ético-políticos de liberdade e criação. Penso que o conceito de performatividade de Butler não pode substituir ou ocupar o lugar vazio deixado pela crítica da identidade, pois ele, sobretudo, estabelece um diagnóstico a respeito da reiteração das normas de gênero na heteronormatividade. Ora, é justamente em face deste impasse teórico que retorno ao arcabouço conceitual formulado por Michel Foucault em suas pesquisas sobre a estética da existência. A hipótese aqui trabalhada é que tal conceito, assim como o conjunto de noções que com ela se relacionam, tais como subjetivação, cuidado de si, práticas refletidas de liberdade, etc, permitiriam repensar as formas de resistência contemporâneas ao primado da heteronormatividade, tanto no âmbito dos movimentos feminista e LGBT, quanto no plano dos projetos educacionais por eles inspirados. Sem pretender contestar a relevância das teorizações *queer*, a investigação que deu origem a este artigo procurou introduzir e desenvolver as implicações contemporâneas do conceito de estética da existência no contexto da crítica às tendências identitárias dos movimentos feminista, LGBT e dos projetos educacionais a eles associados.

No desenvolvimento da pesquisa que deu origem a este texto pensou-se as práticas de liberdade de uma estética da existência no mundo contemporâneo, a partir dos estudos derradeiros de Michel Foucault sobre as práticas éticas de constituição do sujeito entre os antigos. Para isto, foi realizado um retorno à reflexão de Foucault acerca das práticas de liberdade da estética da existência dos antigos, assumindo-as aqui como importante fonte de referência para a compreensão das práticas libertárias de resistência implicadas nas lutas políticas do presente, tanto nos movimentos feminista e LGBT, quanto no âmbito dos projetos educacionais por eles inspirados.

O campo privilegiado desta reflexão se define em torno aos últimos livros, cursos, entrevistas e pequenos textos de Foucault, nos quais os problemas e os conceitos pertinentes à estética da existência entre gregos e romanos antigos vão se constituindo. Aquilo que se pretendeu buscar neste amplo material não foram os exemplos que pudessem ou devessem ser repetidos no presente, algo que seria frontalmente contrário à reflexão histórica de Foucault. Este

autor, ademais, nunca assumiu as práticas de si greco-romanas como modos de vida exemplares, a serem imitados no presente, nem jamais se entregou a qualquer tipo de proselitismo moral. Evidentemente, como observou Frédéric Gros (2008, p. 131), Foucault não retornou aos antigos a fim de defender ou propagar uma moral particular, tomando-a como modelo a ser seguido enquanto um ideal de comportamento proposto para todos. No entanto, a consideração das práticas de si da antiguidade abre uma interessante via para a consideração das possíveis práticas de si na contemporaneidade, sem qualquer pretensão de repetir o historicamente irrepetível. Antes, e por outro lado, aquilo que se pretendeu foi explorar a atualidade ou constância meta-histórica de algumas reflexões e conceitos encontrados por Foucault em suas últimas investigações. Se é preciso evitar a instrumentalização do pensamento de Foucault, penso que não se deve deixar de considerar que suas reflexões sobre a estética da existência dos antigos podem inspirar a reflexão contemporânea sobre a criação de novas práticas e formas de existência, de sociabilidade, de afetividade e experiência no presente. Trata-se de pensar formas de vida e de subjetivação contemporâneas, entendidos como formas de resistência às estritas fronteiras de identidade que encerram o sujeito nas malhas do poder objetivador. Em suma, trata-se de levar a sério o gesto teórico de Foucault, que jamais perdeu de vista o horizonte dos problemas do presente em seu retorno à antiguidade greco-romana.

Portanto, o aspecto a ser retido das pesquisas tardias de Foucault sobre as práticas ético-políticas da estética da existência dos antigos é a reflexão sobre suas possíveis implicações contemporâneas. O que se pretende enfatizar é a experiência de uma relação crítica de si para consigo e de si para com os outros, uma relação na qual se instaure uma reflexão sobre si mesmo visando transformar o próprio modo de ser e o dos outros, de maneira a questionar as alternativas fáceis, já disponíveis: “Fazer a crítica é tornar difíceis os gestos fáceis demais.” (FOUCAULT, 1994, p. 180) Foucault parece incentivar esse tipo de reflexão crítica voltada para a transformação de si e dos outros no presente quando afirma: “Meu problema é fazer de mim mesmo, e convidar os outros a fazerem comigo, através de um conteúdo histórico determinado, uma experiência disso que nós somos, disso que é não somente nosso passado,

mas também nosso presente, uma experiência de nossa modernidade, da qual saímos transformados.” (FOUCAULT, 1994, p. 44).

Finalmente, o próprio Foucault reconheceu que seu interesse pelas práticas ético-políticas da antiguidade deveu-se ao fato de que o modelo da moral cristã, isto é, a “moral como obediência a um código de regras, está começando agora a desaparecer, já desapareceu. E a esta ausência de moral responde, deve responder, uma pesquisa que é a de uma estética da existência.” (FOUCAULT, 1994, p. 732)

Penso, portanto, que o conceito foucaultiano de estética da existência permite refinar a crítica em relação ao universo semântico da identidade, do direito e da subjetividade, na medida em que introduz a problematização da relação ético-política a partir das práticas de si para consigo e de si para com os outros. Com o conceito de estética da existência, abre-se espaço para a consideração da capacidade ético-política de invenção e criação de novas formas de vida, de sociabilidade e de afetividade. Enfim, a introdução da noção ampla de estética da existência abre espaço para a discussão e questionamento dos padrões normalizadores, heterônomos e identitários, que formatam o indivíduo contemporâneo ao aprisioná-lo em rígidas identidades previamente definidas. Como salientou Foucault, “o que eu quero analisar são práticas, é a lógica imanente à prática, são as estratégias que sustentam a lógica dessas práticas e, por conseguinte, a maneira pela qual os indivíduos, livremente, em suas lutas, em seus afrontamentos, em seus projetos, constituem-se como sujeitos de suas práticas ou recusam, pelo contrário, as práticas que lhes são propostas. Eu acredito solidamente na liberdade humana.” (FOUCAULT, 1994, p. 693)

Outras reflexões de Foucault, também de meados dos anos 80, sugerem que suas pesquisas sobre a antiguidade greco-romana jamais deixaram de ter em mente suas virtuais implicações para o nosso tempo. Assim, respondendo a uma questão sobre os direitos dos *gays* em uma entrevista, Foucault chama a atenção para o aspecto criativo, extra-jurídico, do movimento *gay*, ao recordar os importantes efeitos liberadores implicados nos movimentos políticos do final dos anos 60 e início dos anos 70. Por certo, ele reconhece que tais movimentos contribuíram para assegurar o “direito” do indivíduo de escolher sua sexualidade. No

entanto, a despeito daqueles ganhos jurídicos, Foucault também afirma que seria preciso “dar um passo adiante”, no sentido de estimular a “criação de novas formas de vida, de relações, de amizade, na sociedade, na arte, na cultura, novas formas que se instaurem através de nossas escolhas sexuais, éticas e políticas. Devemos não somente nos defender, mas também nos afirmar, e nos afirmar não somente enquanto identidade, mas enquanto força criativa.” (FOUCAULT, 1994, p. 736) Para Foucault, a modificação das possibilidades de vida é o que realmente importa na consideração daqueles movimentos: “Mais do que defender que os indivíduos têm direitos fundamentais e naturais, deveríamos tentar imaginar e criar um novo direito relacional que permitisse que todos os tipos possíveis de relações pudessem existir e não fossem impedidas, bloqueadas ou anuladas por instituições empobrecedoras do ponto de vista das relações.” (FOUCAULT, 1994, p. 310)

O momento de multiplicação e maior visibilização dos movimentos *gays* é também aquele no qual Foucault ministrou os seus últimos cursos no *Collège de France* sobre a estética da existência, não sendo casual, portanto, que no momento mesmo em que Foucault refletia sobre a questão da amizade no mundo antigo ele também apresentasse as relações de amizade como possibilidade de resistência política contemporânea, capaz de instaurar novas formas de relação entre as pessoas. Nesse contexto, Foucault afirma estar interessado em

(...) uma cultura que inventa modalidades de relações, modos de vida, tipos de valores, formas de troca entre indivíduos que sejam realmente novas, que não sejam homogêneas nem se sobreponham às formas culturais gerais. Se isso for possível, a cultura *gay* não será então simplesmente uma escolha de homossexuais por homossexuais. Isso criará relações que podem ser, até certo ponto, transpostas para os heterossexuais. (FOUCAULT, 1994, p. 311)

O processo ético de autoconstituição se dá justamente por meio das práticas de resistência que questionam o primado das identidades sociais, abrindo o sujeito para novas formas de relação consigo, com os demais e, portanto, para com o mundo. Como afirmou Foucault, “hoje o principal objetivo não é descobrir quem somos, mas recusar

o que somos. Precisamos imaginar e construir o que poderíamos ser a fim de nos desembaraçarmos desta forma de ‘dupla constrição’ política que são a individualização e a totalização simultâneas das estruturas do poder moderno.” (FOUCAULT, 1994, p. 232) À luz das considerações precedentes, aquilo que Foucault denominou como atitude de modernidade poderia ser entendido como um agir crítico-reflexivo sobre si mesmo e sobre os outros, isto é, como um processo autônomo de individualização que engaja e requer os outros, bem como exige e requer a problematização do presente. Tal ação de reflexão crítica sobre o presente, sobre si mesmo e sobre os outros é assumida e levada a cabo como forma de resistência em relação aos poderes que constituíram o sujeito assujeitado, condição central para que se instaurem novas formas de relação consigo e com os outros, mais livres e mais autônomas: “Poderíamos dizer ... que o problema simultaneamente político, ético, social e filosófico que se nos coloca hoje não é o de ensaiar a liberação do indivíduo em relação ao Estado e suas instituições, mas de nos liberar a nós mesmos do Estado e do tipo de individualização que a ele se relaciona. Precisamos promover novas formas de subjetividade ao recusar o tipo de individualidade que se nos impôs durante séculos.” (FOUCAULT, 1994, p. 232) As práticas foucaultianas de autoconstituição ético-política do sujeito se desdobram, pois, nas atitudes críticas do questionamento e da resistência combativa contra aquilo que hoje se nos mostra como certo, natural ou inquestionável, tal como, por exemplo, a tendência dos novos movimentos sociais feminista, LGBT e dos projetos educacionais para encerrarem-se nos estreitos limites da identidade.

Ao realizar tais reflexões sobre a governamentalização dos movimentos LGBT e feministas no âmbito do Estado, além das críticas em relação a uma ideia de identidade no campo dos movimentos sociais e na educação, será possível interrogar sobre os processos de inclusão social e escolar dos sujeitos. É possível dizer que o campo educacional vem funcionando como superfície marcada pela conquista de direitos estabelecida por meio das formas identitárias oriundas dos movimentos sociais. Sendo assim, no âmbito dos estudos foucaultianos e feministas pós-estruturalistas, foi observado que uma concentração no campo dos sujeitos de direito ou dos sujeitos jurídicos, poderá ser um espaço de

exclusão, porque sempre haverá muitas experiências sociais e sexuais não incluídas nos processos identitários. Dessa forma, haverá sempre um conjunto de abjeções inclassificáveis, tanto para os movimentos sociais, com para as instituições escolares. Assim, através de uma reflexão ética-estética-política será possível tomar como campo de reflexão as experiências e as práticas dos sujeitos e não 'os sujeitos'. Desse modo, talvez seja possível produzir processos de inclusão não identitários, além de ser possível escapar do binômio inclusão/exclusão, tão caro, tanto para os movimentos sociais, como para o campo educacional.

### Referências:

- ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle A.; HALPERIN, David M. (Ed.) *The Lesbian and Gay Studies Reader*, New York/London: Routledge, 1993.
- BOURCIER, Marie Hélène. L'homosexus normativus entre mariage unidimensionel et droits sexuels. *Movements*. 1, n. 49, 2007; p. 8-15.
- BUTLER, Judith. **Gender Trouble**. Feminism and the subversion of identity. New. York: Routledge, 1990.
- BUTLER, Judith. **Bodies that matter**. On the discursive limits of "sex". New York: Routledge, 1993.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, G. (org.) **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999; p. 151-172.
- CESAR, Maria Rita A.; DUARTE, André M.; SIERRA, Jamil Cabral. A estética da existência e as artes de viver: Michel Foucault e a crítica da noção de sujeito nos movimentos sociais feministas, LGBT e na educação. In: CLARETO, S. M.; FERRARI, A. *Foucault, Deleuze & Educação*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.
- CESAR, Maria Rita A. As novas práticas do governo na escola: o corpo e a sexualidade entre o centro e as margens. CASTELO-BRANCO, G.; VEIGA-NETO, A. *Foucault, filosofia & política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011a.
- CESAR, Maria Rita A. (Des)governos... biopolítica, governamentalidade e educação contemporânea. In: **ETD.Educação Temática Digital**. V. 12, 2011b.
- CESAR, Maria Rita Assis.; DUARTE, Andre M. Governo dos corpos e escola contemporânea: pedagogia do *fitness*. In: **Educação e Realidade**. V. 34, n. 2, 2009; p.119-134.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. A vontade de saber. Vol I. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits**. Vol. IV. Paris: Gallimard, 1994.
- GROS, Frédéric. O Cuidado de si em Michel Foucault. In: RAGO, Margarete e VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.) **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008; p. 127-138.
- LAURETIS, Theresa. Queer theory: lesbian and gay sexualities. An introduction. **Differences**. A Journal of feminist cultural Studies, v. 5, 1991; p. 04-18.f
- LOURO, Guacira L. **Um corpo estranho**. Ensaaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LUHMANN, S. Queering/ Queering Pedagogy? Or Pedagogy is a pretty queer thing. In: PINAR, W. F. (ed.) **Queer theory in education**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1998.
- SPARGO, Tamsin. **Foucault y la teoría queer**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.
- SANTOS, D. B. C. **Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPR, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação).